

“O PÃO” DA PADARIA ESPIRITUAL

Edigar de Alencar

Extraordinária realização editorial da Academia Cearense de Letras, a publicação fac-similar da coleção completa de O PÃO, o famoso órgão da Padaria Espiritual, que vai de 1892 a 1896, com intervalos na sua circulação de 36 números, o que já é um recorde, apenas batido por poucas instituições culturais de tradição formada.

Os exemplares do jornal da Padaria são uma raridade. Quase desconhecidos de todos. Poucos tiveram ensejo de folhear um ou outro número. E como a Biblioteca Pública do Ceará foi sempre descuidada na sua obrigação documentária e sua hemeroteca é pobríssima, a co-edição fac-similar de O PÃO, mais de noventa anos depois, é milagre que deve ser ressaltado com entusiasmo. A memória histórico-cultural cearense vem de recuperar-se de verdadeira e lamentada omissão. E isto se deve à Academia Cearense de Letras, que teve no admirável trabalho de reconstituição o apoio imprescindível da Universidade Federal do Ceará e da Prefeitura Municipal de Fortaleza, uma e outra sob a direção realizadora de dois escritores, o Magnífico Reitor Paulo Elpídio de Menezes Neto e o então Prefeito Lúcio Alcântara.

Essa edição complementa o excelente e salvador estudo de Leonardo Mota — A PADARIA ESPIRITUAL — modestamente lançado em 1939 por Edésio editor, o capítulo sob a mesma designação da HISTÓRIA DA LITERATURA CEARENSE de Dolor Barreira e os estudos posteriores de Sânzio de Azevedo, que se fez autoridade na matéria. É ele o organizador da caprichosa edição de agora, que tem apresentação de Cláudio Martins, talvez o mais operoso presidente que a Academia Cea-

rense teve até hoje. Sânzio de Azevedo faz minuciosa introdução, que se ressentia apenas de falta que reputo grave: a não publicação na íntegra do curioso programa de instalação da Padaria — causa maior da singular repercussão que teve a sociedade literária mais original já surgida no Brasil. A falha se acentua por não haver O PÃO reproduzido a interessantíssima peça, transformada que foi numa plataforma, a ponto de ser cobrada por alguns a concretização de um que outro dos seus pitorescos incisos.

Mesmo sem se olhar datas, logo se verifica no O PÃO as duas fases distintas da Padaria. A primeira boêmia, pilhérica e descontraída, além de agressiva contra o que era chamado — a burguesia. Nessa fase bulhenta, estampada nos seis primeiros números do periódico (não há o nº 6, porque o algarismo 2 foi repetido, o que foi corrigido com o nº 7), os padeiros queriam ser apenas os “rapazes de letras e artes” sem maiores pretensões. Antônio Sales diria bem mais tarde que o jornal “seria menos o veículo literário da Padaria, do que uma válvula para a pilhérica petulante que se fazia lá dentro.” Daí a abundância de quadrinhas, cúmulo, trocadilhos e epigramas. No meio dessas amenidades, sempre apareciam destaques literários como, por exemplo, o poema “Náufrago”, de Lívio Barreto, inspirado no naufrágio do poeta em junho de 1892, e as crônicas de abertura e epigramas de Antônio Sales, os últimos entremostrando as virtudes do excelente poeta face-to, que ainda não foi merecidamente destacado.

No nº 2 (de 17 de julho de 1892) deparei-me com um fato esquisito que não posso deixar de registrar. O soneto ‘Livra’ de Sátiro Alegrete (Sabino Batista) é plágio de um outro de Arthur Azevedo. Estranhável a ocorrência por se tratar de um dos mais ardorosos e fecundos padeiros, poeta e figura de proa da Padaria, que tinha como postulado o combate ao plágio. Mas isso será assunto para outra ocasião, e o lamentável episódio de modo algum, é claro, afeta a significação e oportunidade da benemérita iniciativa da Academia-Universidade-Prefeitura. Antes, prova a utilidade, a necessidade da publicação para a memória cultural do Ceará, sem diminuição do renome que a Padaria granjeou em todo o Brasil.

Certo é que O PÃO mesmo nessa fase risonha demonstra de logo o entusiasmo e as virtualidades literárias dos moços da agremiação, alguns com menos de vinte anos de idade.

Não nos parece fundada a afirmativa do ilustre crítico nacional Wilson Martins, num belo estudo publicado no **Folhetim**, da FOLHA DE S. PAULO (26 de dezembro de 1982), de que a Padaria foi “antes e acima de tudo resposta sarcástica” à Academia Francesa, outra agremiação cearense já desaparecida há quase vinte anos. Nem tal resposta viria tão tardia, nem os boêmios rapazes da Padaria em 1892 talvez lembrassem a associação de 1872 ou 1873, e tivessem pretensões de tal ordem. O que desejavam certamente era apenas criar um grêmio ou bloco literário diferente, que principalmente não levasse a sério a elite da capital (que eles chamavam burguesia) cheia de preconceitos, e na verdade muito menos importante do que se julgava. Talvez não tenha o bravo e ilustre crítico nacional melhor conhecimento de que o Ceará foi sempre visceralmente galhofeiro e pilhérico. Em Fortaleza e até no interior paupérrimo até certo tempo (antes da televisão) nunca deixaram de circular jornais e revistas humorísticos. Embora de povo sofrido, a terra cearense jamais deu confiança ao azar. Velhíssima é a sua tradição de sacasmo e estúrdia nas agremiações de letras inclusive. Não terá sido à-toa que o Estado foi crismado de ‘Ceará-Moleque’, designação nada pejorativa. Antes, bem ao contrário. Fortaleza inventou a vaia ao sol e outras vaias não menos desrespeitosas como a digital. A Padaria Espiritual talvez só pudesse surgir no Ceará, província onde até os azedumes das crises periódicas e as arremetidas da sorte conduzem à piada, à sátira e mesmo ao achincalhe. Surgida como uma grande pilhéria, a Padaria desejava era escandalizar. Daí a inserção entre outras piadas no seu Programa, da guerra ao Clero e à Polícia, e aos alfaiates inclusive, e quesitos outros semelhantes.

E' possível que a dedução do crítico Wilson Martins se tenha originado do dispositivo programático da Padaria, que não criaria aulas noturnas por falta de tempo mas que trabalharia pela instituição da obrigatoriedade do ensino primário, sabido que a Academia Francesa ou elementos que a integravam fundaram uma Escola Popular. Quanto à designação de

francesa se originara de um simples gracejo de Rocha Lima, que, repetido, acabaria aceito por todos. Isso é o que esclarece Dolor Barreira, na sua História da Literatura Cearense, diante da informação de Tomás Pompeu, em notas particulares.

Extraordinário foi o poder de comunicação da Padaria Espiritual desde seu início. Seus membros se correspondiam afoitamente com notabilidades, jornais, periódicos e associações do Brasil e de Portugal.

A partir do nº 7 de O PÃO, que marca a reorganização da Padaria por força de dissensões internas e da ausência ou morte de alguns padeiros, o jornal que sofrera longa interrupção passa a refletir a nova mentalidade, não só na publicação de estudos e artigos mais sérios como na inserção de anúncios que lhe iriam ajudar a sobrevivência. Era um apelo a comerciantes e industriais, burgueses que não se estomagaram com as piadas e brincadeiras dos rapazes. Essa publicidade, sempre das mesmas firmas, desapareceria quando o jornal passou mais tarde (nº 31) a designar-se “revista de literatura e arte”. Foram anunciantes permanentes a famosa Água Inglesa e o Xarope Peitoral de Angico, ambos do farmacêutico Carlos de Miranda, e os preparados farmacêuticos de A. Gonzaga, entre os quais o Peitoral de Jucá Composto e a Injeção Anti-blenorrágica, que a péssima revisão em certo número transformaria em ‘Inspiração Anti-blenorrágica’ (ou seria piada de algum padeiro?). Também há um anúncio da conceituada casa ‘Confúcio’, de Confúcio Pamplona & Cia., cujo titular pertencia à família de que tanto fala o memorialista Pedro Nava.

Daí por diante, isto é, a partir do nº 7, O PÃO continua vibrante, polêmico e agressivo, mas menos pilhérico e mais literário, o que lhe deve ter afetado a venda avulsa mas propiciado lucros com os anúncios. Também deveria julgar-se com maior personalidade para o confronto com o Centro Literário, que, nascido de um desentendimento na Padaria, abrigava não só maior número de intelectuais como alguns padeiros desertores.

A coletânea de **O PÃO** não será um tesouro literário, mas é manancial de dados e informes de valia e prova irrefutável

da vocação da mocidade cearense para debates e torneios de letras, embora a escassez dos meios e recursos materiais, principalmente para a confecção de periódicos. No O PÃO foram publicados ensaios e experiências literárias de Lívio Barreto, Cabral de Alencar, Lopes Filho, Alvaro Martins, Sabino Batista, Adolfo Caminha, Artur Teófilo, Antônio de Castro, Rodolfo Teófilo, José Carlos Jr., José Carvalho e outros não menos importantes. Mas indubitavelmente Antônio Sales é a figura central da Padaria. Movimenta-se ele com garbo e denuo nas páginas de O PÃO, do começo ao fim da jornada. É múltiplo, ora firmando seu próprio nome, ora suas iniciais, ou o nome de guerra, ou ainda como 'Moacir', e até usando unicamente a inicial **M**. Era uma ocultação limpa, sem mistério, apenas artifício para fugir à repetição no mesmo exemplar, o que seria antijornalístico. Sem qualquer desdouro para seus companheiros, foi ele cérebro, alma e coração da famosa sociedade.

Vocação invulgar de líder, Antônio Sales era um dínamo de entusiasmo e mocidade. Com sua partida do Ceará, logo desapareceriam agremiação e jornal. Como observa Leonardo Mota, ele projetou a Padaria, mas esta igualmente o projetaria até aos meios literários do sul, onde pouco depois seria recebido amistosamente.

Difícilmente terá havido no Brasil sociedade literária com a fama e conceito que a Padaria rapidamente conquistou fora do Ceará. E por mais que pareça estranho esse destaque foi alcançado ainda e justamente na sua primeira fase — a das brincadeiras e concretizações programáticas. Foram os alardes e ousos dos seus dois primeiros anos, a que correspondem os seis primeiros números de O PÃO, que promoveram a original associação, divulgada através de um trabalho pessoal que até hoje impressiona pela intrepidez e tenacidade. As notas de recepção do jornal-revista davam conta do "mais lisonjeiro acolhimento por parte da imprensa do país". E eram jornais de prestígio como **O Paiz**, a **Gazeta de Notícias**, a revista **A Bruxa** (de Bilac), **A Semana**, de Valentim Magalhães, a **Revista Ilustrada** e **Dom Quixote**, de Angelo Agostini, a **Rio-Revista**, todos da Capital Federal; **A Renascença**, da Bahia; a **Revista Literária** e o **Correio Paulistano**, de São Paulo; **Minas**

Gerais, de Belo Horizonte; **A Pacotilha** de São Luiz e as revistas literárias e filosóficas e jornais do Recife, e alguns de Belém. O já famoso poeta satírico Correia de Almeida (padre) mandava de Barbacena sonetos inéditos, e alguns dedicados, para O PÃO. Vários padeiros se carteavam com Raimundo Correia, que visitou a Padaria, Afonso Celso (que lhe dedicou um romance). O autor de 'As Pombas' publicou longo artigo no órgão oficial da agremiação, apreciando livros por ela publicados. O **Jornal do Brasil** e o **Jornal do Comércio** davam notas sobre a Padaria, e o **Diário do Comércio**, também do Rio, chegava a afirmar talvez com um toque de ironia que a literatura estava mais adiantada no Ceará do que no Rio de Janeiro. Em carta a Sabino Batista, um dos mais fecundos e dinâmicos padeiros, Adolfo Caminha, já no Rio, dizia textualmente:

“Obrigado a vocês todos dessa Padaria que se fez tão querida em todo o Brasil. (...) Creio que sociedade alguma literária já obteve maior êxito no Brasil.”

Na preciosa coletânea figura grande parte dos admiráveis 'cromos' de Xavier de Castro, o primeiro padeiro a partir para a terrível viagem. E também os poemas de Lívio Barreto, as canções líricas de Álvaro Martins, o temível Policarpo Estouro, sonetos de Antônio de Castro, notas bibliográficas de acentuado valor documental, notícias curiosas, além dos excertos e capítulos de romances, de Rodolfo Teófilo principalmente. Como nota pitoresca, Lívio Barreto aparece com uma página de versos humorísticos bem trabalhados, que é preciosidade. Embora plenamente justificada na sua vida a dolência dos seus versos, certo é que o belo poeta possuía vivacidade e inteligência, que transparecem até no nome de guerra (Lucas Bizarro) que tem as mesmas iniciais e o mesmo número de letras do seu nome.

Palpitantes e vivas são as crônicas quinzenais de Moacyr Jurema. Numa delas lamenta a escasez dos caju em pleno novembro e afirma que apesar de gostar de saboreá-los nem à mão de Deus-Padre daria um tostão por um caju. Em outra crônica excelente de pós-carnaval, faz elogios à grande festa (devia ser exaltado carnavalesco no esplendor dos seus vinte e poucos anos) e vitória as duas entidades de Fortaleza — Conspiradores Infernais e Dragões do Averno. E com muita sagaci-

dade qualifica a musiquinha 'Zé-Pereira' de "Marselhesa da Folia". É um dos trechos mais expressivos já escritos sobre a incendiária e simplíssima melodia, que seria a primeira composição (vá lá a designação) aparecida no Brasil, especialmente aproveitada como hino de abertura e encerramento do carnaval. Assunto a que me devotei por mais de uma vintena de anos, não me posso furtar a transcrever dois tópicos da bem lançada crônica:

"Sempre queríamos saber quem foi que concebeu e escreveu esta meia dúzia de compassos musicais tão sugestivos, tão eloqüentes que ouvi-los é povoar logo a imaginação de braços e colos nus, de grandes narizes, de vestes exóticas, de vozes contrafeitas e enfim de todas as deliciosas e extravagantes cousas que compõem o bizarro conjunto das festas carnavalescas — tão discordantes da monotonia e seqüidão dos costumes de hoje. (...) Quem será o Rouget de Lisle do Zé-Pereira?"

E depois de concitar os leitores a tirar a limpo a questão, prossegue em considerações sobre a musiquinha incendiária, que desde 1869 se tornaria o hino nacional do carnaval brasileiro. Coincidentemente o autor desta apreciação pode responder ao cronista setenta a oitenta anos depois. (1)

Curioso é constatar que a Padaria cultuava Antônio Nobre mas repudiava o simbolismo ou o decadentismo (como prefere Andrade Muricy), embora Lívio Barreto houvesse exercitado aquele, conscientemente ou não, e se tornasse o primeiro poeta simbolista da terra, na opinião de Braga Montenegro (2) e Sânzio de Azevedo (3). Aliás, foi ele incluído no monumental **Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro**, de Andrade Muricy. Também Lopes Filho foi qualificado por Antônio Sales como simbolista ou decadista.

(1) **O Carnaval Carioca Através da Música** — Rio — Liv. Francisco Alves Editora/INL — 1980 — Ps. 60/5.

(2) Montenegro, Braga — **Correio Retardado** — Fortaleza — Imprensa Universitária do Ceará — 1966 — p. 17.

(3) Azevedo, Sânzio de. **Literatura Cearense** — Fortaleza (publicação da Academia Cearense de Letras) — 1976 — ps. 160 e 220, e **Aspectos da Literatura Cearense** — Fortaleza — Proed (UFC) — 1982 — p. 70.

Entretanto, simbolismo e decadismo foram desancados no O PÃO por alguns padeiros, Lopes Filho inclusive. Este, ao fazer o elogio do livro **Mármores**, de Francisca Júlia, censura o simbolismo ou os simbolistas, acusando-os de cegueira literária e de servis copiadouros dos novos de França e Portugal. Antônio Sales não poupava o movimento que tinha em Cruz e Souza sua maior figura. Em artigo violento contra a revista **Thebaida**, órgão dos simbolistas do Rio, assim concluía:

“Essa igrejinha simbolista ou cousa que o valha é que precisa ser arrasada a bem do bom senso e do bom gosto.”

De outra feita a investida é contra Dario Veloso, simbolista do Paraná. E noutro passo diria:

“Não acredito que o simbolismo seja outra coisa mais do que um incidente mórbido da mentalidade deste fim de século.”

Era o Moacyr Jurema sempre extremado nas suas críticas elogiosas ou restritivas. Ainda no O PÃO faz uma análise minuciosa e impiedosa de **Prismas**, de Rodrigues de Carvalho. O livro é escalpelado, trecho por trecho, verso por verso. E o artigalhão ainda traz a nota — continua —, o que não foi possível porque o jornal não voltaria a circular.

Desperta igualmente a atenção pela acrimônia e extensão a crítica de Rodolfo Teófilo ao romance **A Normalista**, crítica que o Sr. Wilson Martins vem de considerar na sua apreciação na **Folha de São Paulo (Folhetim)** “a melhor e mais completa” já feita sobre o romance de Adolfo Caminha. A opinião do abalizado crítico nacional é, na verdade, estupefaciente para os cearenses, que sabemos tratar-se de uma análise-revide a que havia de faltar qualquer parcela de isenção. Além de lhe minguaem qualidades para a crítica literária, Rodolfo Teófilo tinha razões pessoais que deixaria transparecer no seu longo e apaixonado trabalho, que se estende por vários números de O PÃO. Os agravos recebidos do autor de **A Normalista** na verdade lhe doíam fundo. A crítica é bem Rodolfo Teófilo ainda pelos seus reparos cientificistas de sábio e botânico. Há nela acusações de nenhuma valia, algumas até ingênuas. O

autor de **Reino de Kiato**, por exemplo, critica Adolfo Caminha por ter chamado de brenha o mata-pasto que enchia trechos de rua. Claro que o fez por força de expressão, recurso inteiramente válido, principalmente como ficcionista. Mas quem conheceu Fortaleza do passado sabe que o mata-pasto invadia todos os anos trechos e trechos de ruas não calçadas, formando na verdade um matagal. A insidiosa gramínea crescia de tal forma em extensão e altura que os meninos aproveitavam o mato para brincar de esconder (manja) ou para brincadeiras menos inocentes, quando não se valiam da 'floresta' para se libertar de cólicas súbitas. O mata-pasto era praga na cidade e a polícia punha até presos para arrancá-lo. Xavier de Castro dedicou-lhe um cromo (publicado no O PÃO) e Ramos Cotoco uma chula (tango) por ele também musicada:

Nasce o capim pelas ruas
Corre a água pelas coxias;
Nas pragas o mata-pasto
Se ergue cheio de magias;
E a polícia diz sorrindo:
— Temos serviço estes dias.(4)

A afirmativa de não conhecer Adolfo Caminha o meio em que situa o romance, obriga a lembrar Araripe Júnior, que pensava bem diferentemente, considerando o autor de **A Normalista** dotado de qualidades notáveis e ser o seu romance um retrato físico da capital cearense:

“Os aspectos particulares dos costumes cearenses confundem-se a todo instante com a ação do romance. (...) Quem quiser conhecer a cidade de Fortaleza e intoxicar-se um pouco com a barbaria semi-civilizada de uma capital provinciana, onde reina o babismo em todo seu furor, não tem mais do que abrir o livro de Adolfo Caminha e entregar-se à leitura de suas páginas sem preocupação de crítico.” (5)

(4) Ramos, Raimundo (Ramos Cotóco) — **Cantares Boêmios** — Fortaleza — Tip. e Litografia a Vapor — 1906 — p. 80.

(5) Araripe Júnior — **Movimento de 1893** — Rio — Emp. Democrática Editora — 1896 — p. 144.

Mas certo é que a posteridade faria justiça ao romance de Adolfo Caminha, que figura entre os oito ou dez maiores da terra. Sem se olvidar que depois publicaria **O Bom Crioulo**, obra-prima na qual abordou assunto nunca dantes abordado nas letras nacionais.

Rodolfo Teófilo voltaria com mais ímpeto e justificada violência sobre as **Cartas Literárias**, livro que também ficou. E que sofreu igualmente a crítica nada benevolente de Antônio Sales, que confessa tinha continhas a ajustar com o intrépido e desventurado escritor.

Dignas de menção são ainda um capítulo de “Dona Guidinha do Poço” e o início do Cancioneiro Popular, da responsabilidade de José Carvalho, o Cariri Braúna.

Não posso finalizar esta estirada e despretensiosa apreciação sem referir-me a todos que cooperaram para o glorioso feito da Academia Cearense de Letras: a pesquisadora Maria da Conceição Souza, feliz proprietária da preciosa coleção do jornal; a família do saudoso colecionador José Osvaldo Araújo e a Biblioteca Nacional, todos devidamente citados na apresentação de Cláudio Martins. Também merece louvado o trabalho primoroso da Imprensa Universitária da UFC e de seus experimentados técnicos Geraldo Jesuíno da Costa, Gilberto Marques do Vale e Alberon Soares.

A edição fac-similar de O PÃO foi um desafogo para a memória histórico-literária do Ceará e um dos maiores acontecimentos editorialistas do Brasil em 1982.